

ESTORIL POLITICAL FORUM 2019

24 – 26 JUNE

THE TRANSATLANTIC ALLIANCE

PAINEL: LUSOPHONE AFRICA: THE CHALLENGES AHEAD

TEMA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS ACTUAIS EM ANGOLA

Por

Raul Tati (MP, Angola)

ABSTRACT

The present paper intends to bring to the analysis the current political challenges and perspectives in Angola. The starting point will be the presidential succession after thirty-eight years and the new prospects especially in the economic and social domain. The fight against corruption and impunity will merit attention given the importance of this pretension in official propaganda. The preparation of the first municipal elections and the discussion of local power legislation and its institutionalization will also be highlighted.

In 2010, the first Constitution of the Republic of Angola was approved, which enshrined the country as a democratic State of law. Since then two general elections were held in 2012 and 2017. The 2012 election was the last election of President José Eduardo dos Santos for a five-year term. The 2017 election brought a new MPLA candidate: João Manuel Gonçalves Lourenço. He took over the presidency of the country, although the opposition parties contested the election results. Many people believed that a political transition took place in Angola. We think it is important to make a cool analysis of the concepts of transition and succession from the point of view of political science. We must see to what extent we may or may not admit that a process of political transition has begun in Angola. In this sense, the current political challenges and perspectives will be analyzed either within a framework of continuity or as part of a transition process.

Finally, in the context of Lusophone Africa, we also intend to explore the external challenges of Angola, given its position in international politics. The transatlantic alliance that gave birth to NATO 70 years ago still inspires other alliances in the field of cooperation, integration.

Keywords: Angola - Challenges - Perspectives - Transition

Introdução

Angola é um dos Estados africanos que conheceu um dos mais longos conflitos político-militares desde a sua ascensão à independência. As causas e consequências desse conflito são águas suficientemente navegadas por muitos investigadores da história política contemporânea de Angola. Entretanto, depois de mais de uma década de monopartidarismo, em 1992, com as primeiras eleições multipartidárias, o país parecia entrar na normalidade. Infelizmente a crise eleitoral fez eclodir novamente uma guerra que culminou com a morte do líder insurgente, Jonas Savimbi. Com o calar das armas, o Presidente José Eduardo dos Santos, convocou as segundas eleições legislativas (2008). Tendo obtido uma maioria qualificada nas urnas, o MPLA, partido governista, fez aprovar então a primeira Constituição do país em 2010. Essa Constituição, tida como atípica, acabou com a eleição directa e uninominal do PR, passando os candidatos a figurarem como cabeças-de-lista de partidos ou coligações políticas (art.111º CRA). Venciu-se o carácter partidocrático do regime político angolano, banindo as candidaturas independentes (entenda-se sem apoio de partidos políticos) ao mais alto cargo do país. Nessa condição e nesses termos, José Eduardo dos Santos concorre e é eleito pela primeira e única vez como Presidente da República, tendo exercido um mandato de cinco anos, depois de ter governado ininterruptamente o país por mais de três décadas. Nas segundas eleições constitucionais de 2017, JES retirou-se da vida política activa, pressionado por uma onda de contestação interna, deixando para trás um país atolado na lama da corrupção com uma profunda crise financeira, económica e social. É neste contexto que emerge um novo player na política angolana: João Gonçalves Lourenço. Foi “eleito” pelo MPLA, no quadro dos seus estatutos, para suceder a JES. Realizadas as eleições, foi proclamado vencedor como cabeça-de-lista do seu partido. Portanto, é dessa Angola do Presidente João Lourenço que pretendemos extrair algumas reflexões sobre os desafios e perspectivas políticas actuais.

1. Sucessão ou transição em Angola?

O maior facto político da actualidade em Angola é a retirada do Presidente José Eduardo dos Santos da vida política activa e a entrada em cena do Presidente João Lourenço. Ambos pertencem à mesma família partidária e JES terá sido determinante na escolha do seu sucessor. Para muitos angolanos e líderes de opinião, quer dentro, quer fora de Angola, atendendo ao ímpeto “reformista” do novo Presidente, entendem que está a realizar-se em Angola uma autêntica transição política, pelo que não estamos diante duma simples sucessão. Para quem acompanha as dinâmicas políticas actuais em Angola percebe-se que o actual Presidente tem manifestado, mais nos discursos do que na prática, a pretensão de romper com o passado não só em termos de estilo de liderança em relação ao seu predecessor, mas também com as práticas nocivas ao interesse do Estado como a corrupção institucionalizada, a impunidade, o nepotismo, a bajulação, os monopólios, dentre outros. Para alguns, tais sinais apontam para uma transição política indiscutível. Todavia, há quem não pensa do mesmo modo. Destacam-se aqui aqueles que apostaram na oposição política nas eleições de 2017 na esperança duma verdadeira alternância de poder em Angola. Todavia, com a “derrota” eleitoral

da oposição, para estes, Angola falhou a grande oportunidade para uma transição política exemplar. Afinal, temos ou não temos uma transição política?

Na perspectiva da ciência política, os postulados da transitologia indicam que a transição pode ocorrer por via revolucionária (luta armada ou golpe de estado), por via negociada (entre o poder e a oposição) ou por via de reformas do sistema político vigente. Para Tiago Lopes «o estudo das transições (...) divide o modo como se opera a transição (...) em quatro partes: 1) pré-condições; 2) fatores; 3) modelo de transição; 4) resultado».¹ O mesmo autor distingue ainda três modelos de transição:²

- ❖ **TRANSFORMAÇÃO:** ocorre quando as facções moderadas do regime e as facções conservadoras acordam por via de pactos políticos a mutação do regime, que acontecerá de modo gradual e faseado. A elite próxima do governo tende a controlar o desenrolar do processo transformativo.
- ❖ **RUTURA:** impossibilidade, praticamente total, de o regime se transformar por via de pactos porque as alas reformistas dentro do regime ou são fracas, ou não existem. Na rutura as facções conservadoras que se opõem de modo claro ao regime têm um papel decisivo.
- ❖ **EXTRUSÃO:** ocorre quando tanto o governo como a oposição se consciencializam do equilíbrio das suas forças e são forçadas a negociarem conjuntamente o modo como se processará a remodelação do sistema político.

Estes postulados ajudam-nos a perceber o que se passa efectivamente em Angola. Se entendermos que uma transição pode ocorrer *intra muros* (dentro do regime) e não necessariamente por obra da oposição, o modelo de transição que podia adequar-se à actual situação seria a **transformação**. Porém, sendo a prática o critério da verdade, não é tão linear a possibilidade de aferir este modelo para o processo político actual em Angola. Uma **transformação** deveria passar por uma reforma política profunda capaz de repristinar os valores republicanos sequestrados pelo regime situacionista ao longo dos quarenta e três anos de independência. Tal facto só seria viável com uma revisão constitucional, nem que fosse pontual. A Constituição da República de Angola enferma de alguns elementos que era preciso rever. Aliás, de recordar que sendo esta a carta magna do país, não foi aprovada por unanimidade pelas forças políticas parlamentares e nem foi submetida a um plebiscito. É a Constituição de conveniência dum força política (o MPLA) e seu então líder e que foi imposta aos angolanos pelo *diktat* da maioria. Ora uma verdadeira ruptura com JES deve passar pela revisão dos poderes do PR. E não só. A competência fiscalizadora das acções do Executivo pelos Deputados deve ser igualmente devolvida à Assembleia Nacional. Este seria o grande desafio do Presidente João Lourenço. Muitas vozes - quer da sociedade civil, quer da oposição política - defendem uma revisão constitucional no decurso da actual legislatura, pois entendem que se se mantiver o texto constitucional tal como se encontra hoje, as intenções reformistas do actual Presidente não passarão dum caixa de Pandora. E a ser assim, não podemos falar de **transformação** e muito menos de **transição**. É aqui onde se pode apelar para o modelo de **extrusão**, chamando em cena a oposição política e a sociedade civil para um pacto de regime. Mas o escólio está exactamente na

¹ LOPES, Tiago F., Transição, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco P. (org.), Enciclopédia das Relações Internacionais, p.517.

² Ibidem, p.518

mentalidade supremacista que reina no seio do partido governista. Embora já em ambiente supostamente pluralístico, o partido governista padece ainda duma indigestão dos princípios marxistas-leninistas, pois age como se o marxismo-leninismo fosse ainda o seu credo, a julgar pela relutância em aceitar ideias de *outsiders*. Assim sendo, embora tenha havido uma sucessão pacífica do poder em Angola, não é o caso para se propalar que houve igualmente uma mudança de regime. O regime, quer na sua acepção ampla de conjunto de instituições políticas que visam a organização do Estado, quer na sua acepção mais restrita de forma ou sistema de governo, não mudou em Angola. Formalmente o país mantém-se num regime de democracia eleitoral e multipartidário, onde a separação dos poderes, tal como preconizado por Alexis De Tocqueville, é apenas uma quimera. Os vícios do passado estão bem vincados ainda no mercado político doméstico onde não é tarefa hercúlea verificar os ressaibos de despotismo e de autoritarismo que inquinam até agora a construção duma democracia liberal. O parlamento enquanto instituição-primaz e garante da construção do Estado democrático de direito tal como consagrado na Constituição da República de Angola ainda não se despiu da ‘tirania da maioria’, expressão muitas vezes usada por Tocqueville embora em contexto diferente. Por conseguinte, um novo Presidente não significa novo regime, mesmo nas circunstâncias de Angola em que o predecessor ficou mais de três décadas no poder.

2. Angola: um país em crise multidimensional

Uma profunda crise abala presentemente o Estado angolano. Desengane-se quem pensa imediatamente na crise do petróleo, embora esta tenha as suas incidências não negligenciáveis. Eu estou a pensar primordialmente numa crise antropológica com dimensões sociológicas. Alguns quando opinam sobre a crise bebem apenas da foz e não querem ir à fonte do problema. Claro, esta é mais profunda e mais comprometedora. Os longos anos de conflito em Angola dilaceraram o tecido psico-social e humano tendo provocado feridas que ainda não sararam. A indústria da guerra curiosamente não destruiu apenas infraestruturas e vidas humanas; foi também uma oportunidade de enriquecimento da elite governativa em Angola ao mesmo tempo que a maior franja da população enfrentava a exclusão social e a dessocialização causada por políticas sectaristas. A educação, a saúde, a alimentação e a habitação estavam no centro das desigualdades incrementando as vulnerabilidades sociais. Evocando razões da guerra, o governo actuou com uma lógica demissionária em relação ao seu papel criando um desfaseamento estrutural e operacional entre os poderes públicos e a população deserdada.

Ora, o fim da guerra reacendeu a esperança na pátria, pois afastado que estava a causa de todos os males, segundo o discurso oficial, parecia se abriam finalmente novos horizontes onde os excluídos podiam também sonhar e ver os sonhos realizados. O boom - quer da produção quer do preço - do petróleo no mercado internacional nessa altura (a partir 2002) bafejou a saúde financeira de Angola e permitiu perspectivas optimistas de crescimento económico na ordem dos 10%, segundo dados conjuntos do Banco Nacional de Angola (BNA) e do Banco Mundial. Segundo ainda as projecções internacionais a evolução do preço do barril do crude (Brent) entre 2002 e 2012 foi de 24 USD para 111,6 USD (Fonte BNA). O PIB de Angola registou então um aumento

significativo de 16,9 mil milhões USD em 2002 para 125 mil milhões USD em 2012. No mesmo período consta igualmente que a inflação conheceu uma retração que se cifrou à volta de 10,3%. O petróleo bruto representava então cerca de 98% das exportações. Nesse período, o orçamento geral do Estado (OGE), calculado sempre na base do preço do barril de petróleo, oscilava entre 70 a 80 USD, tendo resultado numa significativa margem de *superavit*. Todavia, Angola precisava de financiamento para a reconstrução nacional pós-bélica, sobretudo a recuperação de estradas, pontes e outras infraestruturas destruídas pela guerra. A primeira tentativa foi a de atrair financiamento através duma conferência de doadores da comunidade internacional em Bruxelas, em 1995. Esta não teve sucesso, pois os potenciais doadores hesitaram por questões de opacidade governativa em Angola sobretudo em matéria de *transparency, good governance* e *accountability*. Mas pesou também a reorientação e o realinhamento geoestratégico pós-guerra fria da Europa e dos EUA, para além da percepção difusa de que Angola tinha o petróleo e com ele podia avançar para a reconstrução pós-conflito e produzir bem-estar para as suas populações, sendo esta uma responsabilidade indelegável do Estado (*responsability to protect*). Na verdade, apesar das reservas petrolíferas existentes nessa altura, o governo não dispunha ainda duma produção petrolífera com capacidade de gerar os recursos financeiros líquidos que precisava. Uma coisa é o preço do barril e outra é a questão da produção que pode estar em alta ou em baixa. Para as autoridades angolanas - os "órfãos da guerra fria" (Margaret Anstee) - o recurso foi o financiamento chinês através de acordos bilaterais que resultaram na hipoteca do petróleo, a principal *commodity* de Angola, tornando-se a China no principal destino das exportações do petróleo angolano representando cerca de 72% do total das exportações angolanas. Chegavam assim em Angola os tentáculos dum novo actor internacional, o tigre asiático, cuja economia estava em franco crescimento situando-se nos lugares cimeiros do *ranking* internacional. A China tinha o dinheiro e a tecnologia que Angola precisava. Angola tem o petróleo e um mercado ainda imberbe, sobretudo no sector da construção e obras públicas, que a China precisava para a expansão das suas empresas e de mão-de-obra, quiçá uma tática de alijamento à sua pressão demográfica. Com a efectivação desses acordos, Angola cai nas malhas do expansionismo chinês abrindo as portas para se tornar em mais uma colónia chinesa em África. Digo colónia, sem qualquer receio na medida em que a colonização tem hoje um novo paradigma e novos actores: as empresas multinacionais ou globais e os bancos. No caso da China, a Eximbank. Essas empresas mantêm países inteiros como seus reféns e amarrados ao capital através dum endividamento crónico.³ Desde então, o número da população chinesa em Angola cresceu aos magotes. O governo de Angola facilitou tudo estabelecendo voos directos entre Luanda e Beijing numa espécie de ponte aérea.

Entretanto, a partir de 2014 a economia angolana começa a sua desaceleração com a baixa do preço do crude no mercado internacional. Não concordo com aquilo que é vendido ao mundo através dos *media* em relação ao choque petrolífero mundial. Para mim é óbvio que esses choques cíclicos são uma fabricação ardilosa de quem faz do petróleo uma arma geoestratégica. Esses choques trazem sempre vantagens bem

³ Segundo dados oficiais do prospecto de emissão de "eurobonds" emitido pelo Executivo angolano em 2018, a dívida externa acumulada de Angola à China, através dos bancos, ascendia em 2017 aos 21.500 milhões de USD (18.100 milhões de Euros). Cf. <https://www.observador.pt>. Todavia, fontes não oficiais revelam que essa cifra está muito aquém da realidade que aponta para quase o dobro desse montante.

calculadas para os papões do mercado, enquanto penalizam as economias petro-dependentes, como é o caso de Angola onde o petróleo detém 98% das suas exportações. A sua tática é forjar a escassez para controlar a oferta. O impacto desse abrandamento do preço do barril do petróleo no mercado internacional veio destapar o véu duma realidade muito mais profunda e dramática no seio do *establishment* em Angola. A rapidez com que eclodiu a crise económica em Angola e os reflexos negativos na vida dos cidadãos, sobretudo a nível da inflação da moeda e do encarecimento da cesta básica tinha de ser questionada. Mas se Angola era um dos países cuja economia mais crescia no mundo como é que não conseguiu frenar os efeitos imediatos da crise? Eis aqui uma questão que não se cala. Na verdade, o *boom* foi uma ocasião aproveitada pelo círculo do poder para instaurar em Angola o fenómeno do novoriquismo a que o Presidente JES chamou de “acumulação primitiva do capital” como um direito de qualquer cidadão angolano no intuito de se forjar uma classe média forte. Instalou-se uma corrupção generalizada no país cujos exemplos vinham do topo da pirâmide. Um autêntico *gang* instalado nas diversas esferas do poder político, judicial, castrense e bancário apoderou-se dos recursos do país e escangalhou literalmente o país. Enquanto embriagavam a maioria da população com o espectáculo da reconstrução nacional largamente difundido pelos órgãos de comunicação estatais, os novos oligarcas de Angola acumulavam fortunas dentro e fora do país, deixando milhões de crianças em situação de extrema vulnerabilidade social – dados recentes do Instituto Nacional de Estatística revelam que três em cada quatro crianças angolanas dos zero aos dezassete anos sofrem entre três a sete privações ao mesmo tempo⁴ - para além de milhões de angolanos sem acesso aos cuidados primários de saúde, sem assistência médica e medicamentosa, sem água potável, sem habitação condigna, dentre outros males como a péssima qualidade das obras feitas. Instalou-se em Angola uma crise social sem precedentes. O FMI, um organismo financeiro que sempre teve uma relação agridoce com o regime em Angola, ao examinar as contas do governo de Angola descobriu um buraco (entre 2007 e 2010) de 32 mil milhões de dólares americanos. O destino desse dinheiro não foi justificado e nem podia ser porque estava em marcha uma autêntica pilhagem, se quisermos fazer aqui um tributo ao jornalista Tom Burgis que assim intitulou a sua emblemática obra “A Pilhagem de África”(2015). Isso foi apenas a ponta do iceberg da criminalidade financeira que se instalou no país. Aliás essa realidade de Angola está bem espelhada no livro de Ricardo Soares publicado inicialmente em inglês: “*Magnificent and Beggar Land. Angola Since The Civil War*”(2015).

3. Desafios actuais da nova presidência: entre o discurso e a prática

É uma percepção um pouco difusa de que o grande desafio deste mandato constitucional do Presidente João Lourenço tem a ver com a adequação do discurso à prática. O novo inquilino da cidade alta entrou em grande com um discurso inovador e renovador. Todavia, os discursos por si sós não engendram reformas. Começemos por algumas constatações. Sendo Angola um país onde o partido é a principal máquina de governação e havendo uma espécie de união hipostática entre o partido governista e o

⁴ O estudo foi elaborado com base na metodologia de Análise de Privações Múltiplas Sobrepostas conhecida pela sigla inglesa MODA (Multiple Overlapping Deprivation Analysis). Cf. <https://www.unicef.org>

Estado ao ponto de se ter transformado em partido-Estado, a primeira preocupação do novo Presidente foi a sua afirmação como novo líder do partido e do Estado. Tendo assumido a presidência do país em Setembro de 2017 sem ser presidente do seu partido (MPLA), apenas como seu cabeça-de-lista, teve de esperar pelo Congresso Extraordinário realizado em 2018 para a sua confirmação como novo líder do partido, sucedendo aqui também ao jubilado JES. Esse Congresso ficou marcado pelo seu discurso de ruptura com o seu predecessor, atacando sem cerimónias os principais vícios internos que enfermam o seu partido e a respectiva liderança. O combate contra a corrupção e a impunidade aumentou de tom e daí seguiram-se exonerações em catadupas. Destacam-se as exonerações da Isabel dos Santos, então Presidente do Conselho de Administração da Sonangol e de José Filomeno dos Santos, então Presidente do Fundo Soberano, ambos filhos do ex-Presidente JES. Nas redes sociais o Presidente João Lourenço ganhou o epíteto de “exonerador implacável”. Os órgãos de justiça, especialmente a Procuradoria Geral da República, faz coro ao discurso do Presidente e os mesmos rostos e nomes que ontem caucionaram a impunidade dos intocáveis abraçaram o novo credo e começaram a actuar. Foram constituídos arguidos figuras importantes e outros foram conduzidos à reclusão como é o caso do ex-Presidente do Fundo Soberano, do antigo Ministro dos Transportes e do empresário suíço-angolano Jean-Claude Bastos de Morais. Foram indiciados e constituídos arguidos pela PGR nomes como o do General Higinio Carneiro e do deputado Manuel Rabelais cujos processos andam em banho-Maria. Por um momento, a justiça passou a ser um espectáculo em Angola. Criou-se então uma percepção muito difundida nas redes sociais e na imprensa doméstica de que uma boa parte dos antigos gestores do Estado estavam na iminência de serem detidos por gestão danosa dos interesses do Estado. Ora uma análise com rigor não pode negligenciar um problema crónico que está novamente a abalar a justiça angolana: a independência dos órgãos de justiça. No passado foi beliscado esse preceito basilar do Estado democrático de direito porque esses órgãos estiveram submetidos aos ditames políticos e à vontade do “Príncipe” e assim a impunidade por “*raison d’Etat*” salvou os criminosos de colarinho branco. Hoje, essa mesma justiça corre o risco de andar a reboque dos discursos políticos e da vontade do novo “Príncipe” da cidade alta. O caso mais mediático é o que está acontecer em relação à família do antigo Presidente. Já se fala em perseguição política com envolvimento dos órgãos judiciais. Quer no caso anterior, quer no mais recente, a justiça nunca deveria estar manietada pela vontade de quem manda. E aqui temos de realçar uma das maiores vulnerabilidades dos sistemas políticos em África que é o facto de se fabricarem líderes muito fortes com instituições muito fracas. O Estado passa a ser nada mais, nada menos que a encarnação da vontade do “Príncipe” à boa maneira do Rei Sol (Luis XIV) em França: “*L’Etat c’est moi*”. O Presidente Obama, na sua primeira visita ao continente africano em Julho de 2009, dizia em Accra perante o parlamento que a África não precisava de líderes muito fortes, mas sim de instituições fortes: «Instituições capazes, transparentes e em que possamos confiar (...) irão dar vida à democracia, com parlamentos fortes e forças policiais honestas; juizes e jornalistas independentes; com um sector privado e uma sociedade civil vibrantes». Este é o caminho sob pena de estarmos a preparar o funeral da república. A afirmação do Presidente João Lourenço na política interna não deve ofuscar os fundamentos republicanos. É preciso que as instituições funcionem com eficácia e que o parlamento resgate as suas competências constitucionais e regimentais de fiscalizar os actos do Executivo engenhosamente impedidas pelo acórdão 319/013 do Tribunal Constitucional

a contento do então PR. Nos seus discursos o novo Presidente já pediu que fosse fiscalizado, mas não deu ainda o passo para além das palavras. Tem de fazê-lo com indicações claras de que pretende uma revisão constitucional para clarificar esse “*quid*” que ainda persiste. Entretanto, no domínio das relações internacionais o novo Presidente definiu as linhas condutoras da sua política externa com a assim designada “diplomacia económica”. A captação de financiamento para a economia e investimentos externos são uma prioridade. Neste sentido, tem estado a realizar viagens frequentes ao exterior no sentido de persuadir quer as instituições internacionais, quer as empresas para as oportunidades de negócios em Angola. O grande desafio neste domínio é que o país está a ficar cada vez mais enterrado na dívida externa. Segundo o jornal de Negócios, Angola tem 30 mil milhões de euros de dívida para pagar entre 2019 e 2022.⁵ Não estranha pois que mais de 50% do Orçamento anual do Estado esteja ao serviço da dívida. E uma das decisões arrojadas do novo Presidente foi abrir as portas ao financiamento e assistência técnica do FMI ao programa de estabilização macroeconómica e o PDN (Plano de desenvolvimento Nacional 2018-2022). A ajuda global está calculada em 3,7 mil milhões de USD. Essa decisão sempre foi acautelada e evitada pelo seu antecessor desde o começo da crise. Neste momento, tudo indica que o Executivo angolano está agir pelo interesse nacional a fim de reverter os efeitos da recessão económica, mas essa decisão pode ter consequências nefastas directas na vida dos cidadãos tendo em conta as políticas de austeridade que estão a ser impostas, como o corte das subvenções (combustíveis, electricidade, etc) e medidas rígidas no domínio fiscal, tributário e monetário.⁶

Conclusões

Angola está a viver um período histórico que do ponto de vista da análise política ainda não é uma **transição**, embora existam elementos potenciais para uma **transformação** a partir de dentro do actual sistema político. A crise não deve ser abordada numa perspectiva vitimista e derrotista. Ela traz novas oportunidades propiciadoras duma nova guinada na construção da nação. O país conhece os seus problemas mais profundos pelo que não precisa de novos diagnósticos elaborados algures por especialistas visionários. Deve haver coragem para engendrar mudanças profundas no aparelho do Estado deixando para trás o sistema centralista de governação e apostando no paradigma da regionalização do poder. A institucionalização do poder local através de eleições autárquicas é um desafio em curso, cujo pacote legislativo está sendo discutido em sede da Assembleia Nacional. Angola é o único país da Lusofonia africana que ainda não realizou eleições autárquicas, estando estas previstas pela primeira vez para o ano de 2020. A reforma do Estado preconizado no programa de governo deve ser traduzido por um *empowerment* das instituições e por uma maior participação da cidadania não comprometida com partidos políticos.

⁵ <https://www.jornaldenegocios.pt>

⁶ Dados recentes do jornal Mercado revelam que segundo a primeira avaliação do FMI foram identificados cinco desafios que a economia angolana deve superar nos proximo temos, a saber: 1) Diversificação da economia; 2) Estabilização do sistema financeiro; 3) Consolidação orçamental; 4) Redução dos riscos que se colocam a sustentabilidade da dívida; 5) Acelerar a reestruturação das empresas públicas. Cf. <https://www.mercado.co.ao>.

